

# LIXO: QUEM PAGA A CONTA?

MOTIVO DE POLÊMICA, A COBRANÇA PELA COLETA, REMOÇÃO E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SERIA UMA SOLUÇÃO EFICIENTE

Por Keli Vasconcelos



**E**m uma metrópole como São Paulo, recolhe-se em média de 12 mil toneladas de resíduos por dia. Os números são da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (Amlurb), responsável pela gestão dos resíduos e limpeza da cidade. Também são enfrentados dilemas, como os 3.026 pontos de descarte irregular mapeados. Em nota, a Amlurb trabalha “juntamente com as concessionárias com a revitalização desses pontos e fiscalização”.

Imagine, agora, os vastos lugares desse Brasil? De um lado, as prestadoras contratadas renegociam com as prefeituras uma dívida acumulada em R\$ 11,6 bilhões, conforme reportagem do site Valor Econômico. Do outro, a coleta domiciliar não atinge todos os lares, com a média de 76%, sem falar na reciclagem, que não passa dos 3,7%, aponta a terceira edição (2018) do Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana (Islu), uma parceria entre o Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana do Estado de São Paulo (Selur) e a consultoria PwC.

Para o estudo, foram usadas informações de 3.374 cidades que participam do Sistema Nacional

de Informações sobre Saneamento (SNIS), com critérios de pontuação que variavam de zero (0 - baixo desenvolvimento) a um (1 - alto desenvolvimento) em itens como o grau de cumprimento das normas estabelecidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que em 2 de agosto de 2018 completou oito anos.

Especialistas do setor são favoráveis a efetivação da chamada taxa de lixo, um tabu. Os números, porém, descortinam que o tributo não pode ser visto como um mero vilão: **o Islu revelou que onde essa arrecadação existe, oferece-se maior universalização (80%) e destinação correta (72%) dos resíduos.**

Na pesquisa, Caxias do Sul, RS, obteve a melhor pontuação no grupo de cidades com mais de 250 mil habitantes, 0,745. Possui 100% de seu território atendido pela coleta domiciliar e a taxa de coleta de lixo é empregada. Lá, o índice de reciclagem ficou em 8,45%. No quadro nacional, quem se saiu melhor foi Marau, RS, com pouco mais de 40 mil habitantes, e a nota 0,827.

Marcio Matheus, presidente do Selur, conta que não existe um modelo de cobrança ideal. Ele traça um panorama do orçamento das prefeituras que, em geral, está dividido em 25% para educação, 15% para saúde e os outros 60% vão para o custeio do restante da administração pública. “Está claro que não sobra dinheiro suficiente e, por isso, mais de 50% das cidades ainda destinam seus rejeitos aos lixões. Ao mesmo tempo, a legislação exige a adoção de medidas por parte dos municípios. O único caminho é criar uma receita específica, existente em outros países e em 38,4% das cidades brasileiras, ainda que parcialmente”, explica.



Foto: Abreje - divulgação  
**Silva Filho: “A arrecadação pode permitir investimentos na recuperação dos resíduos”**

Então, como fazer? “O problema é que grande parte dos prefeitos ainda teme o risco de perda de capital político por implantar a cobrança, mas isso está começando a mudar. É uma questão cultural e quando bem explicada à sociedade, a maioria compreende a necessidade. Mas é fundamental que todo o dinheiro captado vá mesmo aos serviços de limpeza e os resultados sejam mostrados. Quando não há essa garantia de vincula-



Foto: Selur - divulgação  
**Matheus: “O único caminho é criar uma receita específica para a gestão do lixo”**





ção da receita, as pessoas tendem a confiar menos”, destaca Matheus.

“O principal desafio reside no desconhecimento da população das vantagens e benefícios que podem trazer. Até hoje não foi feito um trabalho de esclarecimento e conscientização. E o tema, quando surge, é utilizado como instrumento de oposição política”, reforça Carlos Silva Filho, presidente da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe).

Silva Filho conta que apenas 4% das cidades cobram alguma taxa e dentre os municípios que têm certa arrecadação, 75% não conseguem cobrir os custos. “No entanto, é preciso entender que os serviços de limpeza urbana são prestados como qualquer outro e, portanto,

devem ser remunerados pelos usuários dos mesmos e, em um modelo em que o pagamento seja conforme uso”, continua o profissional.

Ele explica ainda que essa ação permite investimentos em novas in-

fraestruturas, em especial no que se refere à recuperação dos resíduos. “Por outro lado, um sistema de remuneração desses viabiliza reduzir a geração de resíduos – quem gera menos, paga menos – e permite a aplicação do princípio da justiça tributária, pois há uma diferenciação nos valores pagos na mesma proporção da geração – quem gera mais, paga mais – e não uma divisão dos custos totais entre todos os domicílios”, arremata Carlos Silva Filho.



**Soler: “Vários critérios podem ser levados em conta para o cálculo da cobrança”**

## Transparência e diálogo

Segundo Fabricio Soler, sócio responsável pelo Departamento de Meio Ambiente e Sustentabilidade do escritório Felsberg Advogados, é recomendável que a tarifa seja individualizada por intermê-

dio de cobrança autônoma e específica. “Fundamentalmente pelo efeito de educação ambiental junto aos usuários, de forma que os permitam visualizar a correspondência entre a prestação ambientalmente adequada e a respectiva cobrança”, frisa, que prossegue: “A premissa é assegurar a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços, em conformidade com a PNRS e a Lei de Saneamento”, destaca.

**Soler enumera critérios que podem ser levados em conta para o cálculo:**

- ▶ como a frequência das coletas;
- ▶ o nível de renda da população das áreas atendidas;
- ▶ peso ou volume médio coletado por domicílio e habitante;
- ▶ percentual sobre o valor do IPTU;
- ▶ metro quadrado de área construída;
- ▶ valor venal cadastrado;

▶ **bem como mecanismos econômicos de incentivo à minimização da geração e à recuperação dos resíduos gerados; Entre outros.**

Já Carlos Fernandes, presidente da Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos e Efluente (Abetre), assegura que as polêmicas em torno da taxa poderiam ser sanadas com um simples gesto: **o diálogo**. “Quando é cobrada, não fica claro ao cidadão como é destinado esses valores e o que se é feito. Na Alemanha, por exemplo, a cobrança é maior de quem produz mais lixo para justamente inibir a geração”, endossa.

O presidente da Abetre usa como exemplo Portugal, que na década de 1990 sofria com problemas dos lixões. Para se adequar à União Europeia, no qual faz parte, foi criada reestruturações e a Taxa de Gestão de Resíduos (vigorada em 2007) que



Foto: Abetre-divulgação

**Fernandes: “O diálogo é o melhor caminho para mostrar os motivos da criação da taxa”**

“visa reduzir a produção de resíduos”, informa a Agência Portuguesa de Ambiente (APA). “Obviamente que não podemos comparar os países, mas podemos nos inspirar. Conversei com o Ministro do Meio Ambiente quando a delegação portuguesa esteve no Brasil, e ele me disse que o segredo para mudar o cenário vivido por eles foi uma combinação de diálogo com a população e trabalhar com investimento distinto para a conservação precisa do sistema”, salienta.

É preciso encarar a questão do lixo não como um bônus, mas um ônus a ser discutido, defende Carlos Fernandes: “**Não podemos mais postergar o assunto, é preciso dialogar com a população. Afinal, todos nós, de certa maneira, já pagamos essa conta, nada é de graça. Não reciclamos o número suficiente dos nossos resíduos e uma parte deles pode voltar aos aterros pelo baixo valor comercial**”.

“A PNRS foi sancionada em 2010 com uma meta muito ambiciosa de extinguir os lixões em quatro anos. Estamos em 2018 e eles ainda permanecem. É grave, mas não podemos perder as esperanças”, finaliza Fernandes. ■

